----------ATA nº01/2023----------

--------Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos:----------

----1-Ponto prévio antes da ordem do dia; ----------

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023; ----------

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adesão do Município à Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA); ----------

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da delegação de competências na CIMBB no domínio do Estacionamento Público (Procedimentos Contraordenacionais); ----------

----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da prorrogação do prazo da transferência de competências para o Município na área da Ação Social; ----------

----6-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Geral de Taxas e da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Vila Velha de Rodao; ----------

----7-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.°2 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------

----8-Outros assuntos de interesse para o Município; ----------

----9-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Vitor Filipe Marques e Carlos

Alberto Silva Gonçalves, tendo ambos justificado a ausência e solicitada a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, estando assim presentes os membros Virgílio dos Santos Boleto Vieira, em substituição do membro Vitor Marques e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, em substituição do membro Carlos Gonçalves. Verificou-se também a falta da Vereadora da Câmara Municipal, Drª Ana da Conceição Bento Carepo.----------

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 02/12/2022, previamente remetida a todos os membros, tendo esta sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos membros Ivo Renato Diogo de Campos Patrício e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, por não terem estado presentes nessa sessão.----------

----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:----------

---- O membro Humberto Mendes começou por cumprimentar todos os presentes e antes de iniciar a sua intervenção solicitou ao Presidente da Mesa deste Órgão que após a mesma propusesse um minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas da Guerra da Ucrânia, iniciando em seguida a intervenção que a seguir se transcreve:----------

---- *"Voltamos a trazer hoje, data em que se assinala um ano sobre o início da Guerra na Ucrânia, o tema à Assembleia.*----------

---- *É importante não deixar que este conflito faça parte das nossa vidas como se de coisa normal se tratasse. É importante não deixar que se banalize esta questão.*----------

---- *Faz hoje um ano que a Europa acordou em sobressalto. Faz hoje um ano que teve início a guerra da Ucrânia.*----------

----Com efeito, na madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa atacou a Ucrânia. ----------

----A intervenção não é - como é aliás bom de ver - uma operação militar especial (signifique isto, o que significar). ----------

----Por mais que não sejamos entendidos em matéria de conflitos militares, as imagens que nos chegam da Ucrânia, são imagens de um país em Guerra. ----------

----São imagens de dor, de desespero e de morte. São imagens de um país a ser destruído por um outro. ----------

----É por isto que não podemos deixar esta guerra entrar no nosso quotidiano. ----------

----Mas é também por isto que: ----------

----Importa continuar a demonstrar solidariedade para com o povo da Ucrânia. ----------

----Importa continuar a recriminar a violência sob qualquer uma das suas formas. ----------

----Neste caso, importa continuar recriminar a que é exercida pela Federação Russa sobre o Povo Ucraniano. ----------

----Isto porque, o que importa - independentemente das razões que sejam sustentadas pelas partes - e fundamentalmente pela agressora, - são as pessoas. ----------

----O recurso à violência, ao terror e à morte, não pode ser nunca um meio para atingir um fim. ----------

----E não pode, pois a guerra é cega. Os mísseis são cegos. As armas - no seu sentido mais abrangente, são cegas. ----------

----Quero com isto dizer que os mais afetados por esta guerra são as pessoas. Independentemente das suas idades ou sexo. ----------

----A morte de apenas uma criança - provocada por um conflito - seria por si só motivo de condenação veemente e de repulsa. -------

---- Mas então, que dizer da morte de 487 crianças?----------

---- Os mais frágeis, porque mais vulneráveis, são os que mais sofrem.----------

---- É por isso que passado precisamente um ano sobre o início da Guerra, importa continuar a não esquecer as pessoas.----------

---- Importa não esquecer as vítimas do conflito.----------

---- Importa não esquecer os Ucranianos.----------

---- Importa-lhe dar-lhes voz - que é o que aqui fazemos.---------

---- Qualquer dificuldade económica - consequência da guerra - será sempre irrelevante quando comparada com aqueles que sofrem as suas atrocidades e a sua devastação.----------

---- Deixo aqui alguns números deste último ano de guerra:--------

---- N.º de Refugiados:----------

---- 18 milhões de pessoas - Deslocações internas (Estimativa de 10 milhões) e para países europeus (Estimativa de 8 milhões);--------

---- A ONU classifica esta crise de refugiados como a pior na Europa desde a II Guerra Mundial.----------

---- Dar conta que Portugal acolheu 57 109 refugiados.----------

---- Ajuda Humanitária:----------

---- Mais de 17 milhões de ucranianos precisam de ajuda humanitária;----------

---- Mais de 9 milhões necessitam de ajuda alimentar e alojamento.-

---- E para terminar:----------

---- N.º de Vítimas Civis:----------

---- A ONU estima "embora os números reais sejam consideravelmente mais altos" que, entre 24 de fevereiro de 2022 e 21 de fevereiro de 2023 o número de vítimas civis na Ucrânia ultrapassa os 21 000 sendo:----------

---- Mortes 8 006 pessoas (incluindo-se neste número 487 crianças);

----Feridos 13 287 pessoas (incluindo-se neste número 954 menores); ----------

----Mais concretamente, sustenta a ONU que, de 24 de fevereiro do ano passado até 02 de janeiro deste ano, foi possível identificar de entre os mortos civis: ----------

----2 737 homens; ----------

----1 842 mulheres; ----------

----216 meninos; ----------

----175 meninas." ----------

----O membro Luis Coutinho começou por cumprimentar todos os presentes e como se assinalava um ano da Guerra na Ucrânia, os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo" apresentavam uma Moção sobre este assunto solicitando a entrada da mesma neste ponto. ---

----Após a aprovação por unanimidade da entrada da Moção referida este membro leu o documento, que aqui se dá por transcrito e anexa à presente Ata. ----------

----No final da leitura, foi o mesmo colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que além da situação da Guerra na Ucrânia, lembrou também a tragédia do sismo que ocorreu na Turquia e na Síria e que, apesar de ainda não estar totalmente contabilizado, provocou muitas vítimas. ----------

----Assim propôs que fosse feito dois minutos de silêncio, um pelas vítimas da Guerra na Ucrânia e outro pelas vítimas do sismo na Turquia. ----------

----Em seguida foram cumpridos os minutos de silêncio propostos. -

----O membro Ricardo Morgado começou por cumprimentar todos os presentes e em seguida fez uma intervenção sobre o tema "Iniciativa Governo mais próximo", que a seguir se transcreve: ----------

---- "Durante dois dias, no passado dia 25 e 26 de janeiro, o Governo visitou todos os concelhos do distrito de Castelo Branco. Foi o assinalar da iniciativa Governo Mais Próximo, às quais se juntou um Conselho de Ministros descentralizado, iniciativa esta que naturalmente saudamos. Pela relevância do momento e pelo aproximar da realidade dos nossos territórios, no que concerne a oportunidades relevantes de desenvolvimento da região e inovadores do ponto de vista económico e social. É aqui que o Plano de Recuperação e Resiliência toma particular destaque. Num apoio que se quer célere, claro, objetivo.----------

---- No nosso concelho, gostaria de deixar um especial destaque para as visitas à Roclayer e à Paper Prime, empresas que se enquadram no fortíssimo cluster do papel e onde esta última, anunciou um ambicioso plano de investimentos para os próximos três anos, de algumas dezenas de milhões de euros.----------

---- São boas notícias, desde já, porque a tecnologia que norteia este tipo de empresas nos nossos dias, associa uma forte componente financeira e não menos forte, preocupações de eficiência e sustentabilidade ambiental. Por exemplo, na utilização de fontes de energia renovável, na poupança e reutilização de águas.----------

---- A Navigator, atente-se, foi a 3ª maior empresa exportadora em 2022. Ou seja, a contribuição deste ninho de empresas para a riqueza do país é muito relevante para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.----------

---- E é aqui, que centrando atenções na nossa realidade local que teremos forçosamente de ir mais além. Sabendo que são as empresas que criam riqueza, geram oportunidades, numa área que é altamente tecnológica, não podemos esperar mais. É altura de criarmos sinergias com institucionais de ensino superior para formarmos os

mais altos quadros para, em particular sublinho, este tipo de empresas, esta área de negócio. ----------

----Temos hoje condições de habitação, educação, sociais e culturais ímpares, de apoio inexcedível que, associado à formação e emprego servem de alavanca para uma maior fixação de pessoas. -----

----Não tenhamos dúvidas: a competição, não só pelo emprego em áreas como a hotelaria e a restauração, mas sobretudo o tecnológico, vai subir em Portugal. ----------

----E para essa retenção, temos necessariamente de ter o nosso contributo, as nossas ofertas. Fica o desafio para a consolidação do aumento de formação que corresponda à verdadeira necessidade, a verdadeira criação de valor para os investimentos futuros que se avizinham e numa área de relevância extrema para o nosso concelho, para o País." ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal, por solicitação da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão** a **designação de um cidadão eleitor** para integrar esta Comissão, colocou a votação a entrada deste assunto neste Ponto. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que dado ao conhecimento que tinha do trabalho muito positivo que a cidadã Maria João Vicente vinha desenvolvendo nesta Comissão e podendo a mesma ser nomeada para mais um mandato de três anos, questionava aos membros presentes se preferiam reconduzir a mesma para mais um mandato ou fazer nova eleição. ----------

----Após votação e tendo sido solicitado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão a designação de um cidadão eleitor para integrar esta Comissão, visto a cidadã Maria João Raimundo Carrilho Vicente ter cessado as suas funções no dia 21/02/2023, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e

dando cumprimento ao estipulado no n°1 do artigo 26° da Lei n°147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n° 142/2015, de 8 de setembro, reconduzir a cidadã Maria João Raimundo Carrilho Vicente para um novo mandato de três anos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Vila Velha de Ródão.----------

---- Sendo esta cidadã também membro deste Órgão, a mesma não participou na votação deste ponto.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- *2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023;*----------

---- O membro Paulo Roberto começou por cumprimentar todos os presentes, aproveitando por se congratular com os documentos apresentados que estavam bem explicados e que no futuro assim continuasse, solicitando mais informação sobre os mesmos.---------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes, aproveitando para se referir às intervenções feitas no ponto anterior sobre a guerra na Ucrânia e à tragédia ocorrida na Turquia, dizendo que eram dois flagelos, um de causas naturais e outro de causas humanas, deixando em nome do Executivo uma palavra de solidariedade a todos aqueles que estavam a sofrer e envolvidos nestas tragédias.----------

---- Em relação aos documentos em análise, disse que estes estavam bem elaborados e bem explicados, deixando uma palavra de agradecimento aos serviços que os elaboraram, dizendo que o valor referido nesta alteração devia-se à integração dos saldos de gerência anteriores no Orçamento, dando mais algumas informações.-

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 3 (três) abstenções, dos membros Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina

Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023, conforme mapas anexos, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. --------

----A referida alteração modificativa contempla a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, com a inclusão do saldo da gerência anterior no valor de 2.840.000,00€ (dois milhões oitocentos e quarenta mil euros) e uma diminuição no valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa Efetiva, com um aumento de 1.840.000,00€ (um milhão oitocentos e quarenta mil euros), em 2023. Os reforços da Despesa Corrente são no valor de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) e os reforços na Despesa de Capital no valor de 1.690.000,00€ (um milhão seiscentos e noventa mil euros), para 2023. ----------

----A 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 1.690.000€ (um milhão seiscentos e noventa mil euros) em 2023 e variações nos anos subsequentes, compensadas nos respetivos anos, num valor 1.394.000,00€ (um milhão trezentos e noventa e quatro mil euros), 1.473.000,00€ (um milhão quatrocentos e setenta e três mil euros), 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) e 2.000.000,00€ (dois milhões euros), respetivamente. --

----A 1ª Alteração Modificativa Corrigida ao Plano de Atividades Municipais, no valor de 95.000,00€ (noventa e cinco mil euros), em 2023 e um aumento nos anos seguintes em 55.000,00€ (cinquenta e

cinco mil euros), 60.000,00€ (sessenta mil euros), 57.500,00€ (cinquenta e sete mil e quinhentos euros) e 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros) respetivamente.----------

---- Esta deliberação foi tomada em conformidade com o Despacho n°20/2023, datado de 13/02/2023, ratificado na reunião do Executivo realizada em 17/02/2023, que se anexa aos documentos presentes nesta sessão e verificadas as condições expostas na informação n.° 02/2023 da DAF, aprovada em reunião do executivo de 03/02/2023 e submetida a este órgão para deliberação.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adesão do Município à Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA);***----------

---- O membro Ricardo Morgado saudou a iniciativa de adesão a esta Associação pensando que será uma mais valia para o Município aproveitar o trabalho desenvolvido por esta numa área com uma importância cada vez maior como era a gestão da água.----------

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, em conformidade com a informação n°17/2023, da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente e da deliberação da reunião da Câmara Municipal 20/01/2023, que se anexam, deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea k), do artigo 23° do Anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro e conforme preceituado no artigo 53.° da Lei n.° 50/2012 de 31 de agosto, na redação atual, aprovar a adesão do Município à APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, Associação sem fins lucrativos, que tem, entre outros, por objetivo representar e defender os interesses das entidades e organismos responsáveis pelos sistemas públicos de águas de abastecimento e de águas

residuais e de todos os demais intervenientes neste domínio, considerando-se que a integração do Município nesta entidade pode vir a constituir-se uma mais valia técnica, nomeadamente no que se refere ao acesso a informação privilegiada no setor das águas de abastecimento e águas residuais, bem como, na divulgação do conhecimento e das melhores politicas a serem seguidas e na vasta bibliografia publicada pela APDA. ----------

----Esta adesão tem um custo associado ao pagamento de uma joia de entrada mais a respetiva quota anual, no montante de 100,00€ (cem euros) e 500,00€ (quinhentos euros) respetivamente. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da delegação de competências na CIMBB no domínio do Estacionamento Público (Procedimentos Contraordenacionais); ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que em relação a este assunto e na sua opinião, o Governo central deveria ter a coragem de fazer uma descentralização ou não fazer nada. ----------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a celebração deste contrato administrativo prendia-se com o facto de aproveitar a estrutura da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa para efetuar um serviço que para os Municípios, ao nível dos recursos humanos, iria sobrecarregar ainda mais estes serviços e assim, através desta Comunidade, haveria uma eficiência de recursos, acrescentando que esta decisão fora tomada em consonância com todos os Municípios constituintes da CIMBB. ----------

----A Assembleia Municipal, no seguimento da proposta aprovada na reunião da Camara Municipal realizada em 03/02/2023, relativa a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, no domínio do estacionamento público, deliberou por

unanimidade, nos termos do disposto na alínea k) do n. °1 do artigo 25° do Anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de delegação de competências e o contrato interadministrativo na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em conformidade com o deliberado na minuta n°39/2023, aprovada na reunião da Câmara Municipal de 03/02/2023, que se anexa junto aos documentos presentes nesta sessão.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- *5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da prorrogação do prazo da transferência de competências para o Município na área da Ação Social;*----------

---- O membro Paulo Roberto questionou se a partir do dia três de abril esta decisão era irreversível, ou seja, se seria obrigatório para a Autarquia aceitar a transferência das competências nesta área.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que do ponto de vista legal assim era e apesar de se ter vindo a discutir este assunto e mesmo havendo uma evolução significativa nesta matéria, não concordava porque havia uma injustiça naquilo que era proposto para Vila Velha de Ródão para aquilo que era proposto a outros Municípios comparáveis com o nosso, nomeadamente o referente ao programa RLIS que funcionou neste concelho há alguns anos, programa este assegurado pela Santa Casa da Misericórdia desta Vila e que teve uma intervenção expressiva na área social, tendo sido finalizado por motivos de atraso de pagamento da entidade gestora deste programa à Santa Casa da Misericórdia provocando assim dificuldades de tesouraria a esta instituição que a obrigou a não continuar com o mesmo. A administração Central reconheceu estas dificuldades e compensou os Municípios que estavam nessa situação

com uma verba para lhes permitir reativar o programa RLIS. Em relação a Vila Velha de Ródão essa verba não foi atribuída porque, conforme o acordo feito entre a Associação Municipal de Municípios Portugueses e o Governo e que referiam os registos da atividade da Segurança Social, de facto quando se comparavam os registos apresentados no documento em relação a Vila Velha de Ródão com outros Municípios estes dados eram idênticos e a esses era atribuída uma verba para repor o RLIS e a Vila Velha de Ródão não era contemplada com esse valor. Já questionara o porquê desta situação a diversas entidades mas ainda não obtivera resposta. Assim, não havendo resposta teria que se adotar uma posição que defendesse os interesses do nosso concelho porque não era aceitável que em situações que considerava iguais existirem transferências financeiras diferentes. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, no seguimento da proposta aprovada na reunião da Camara Municipal, realizada em 03/02/2023, relativa à transferência de competências no domínio da ação social e face a não ter, ainda, sido possível chegar a um entendimento sobre a correção do montante da atribuição de verbas a transferir para o município, deliberou por unanimidade, prorrogar o prazo de transferência de competências no domínio da ação social, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e nas Portarias n.ºs 63/2021, 64/2021, 65/2021 e 66/2021, de 17 de março, bem como no Despacho 9817-A/2021, de 8 de outubro e do Decreto-Lei nº 87-B/2022 de 29 de dezembro, até 3 de abril de 2023, por se manter o entendimento de que não estão reunidas as condições necessárias para o seu exercício, atendendo às razões expressas na deliberação aprovada na minuta n.º 29/2023, que se junta aos documentos presentes nesta sessão e fica a fazer

parte da presente deliberação.----------

---- Deverá ainda ser comunicada esta Deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais, nos prazos previstos na Lei para o efeito.-

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Geral de Taxas e da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Vila Velha de Rodao;----------

---- Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, em conformidade com a alínea g) do n.°1 do artigo 25°, do anexo I da Lei n.°75/2013, de 12 de setembro, aprovar Regulamento Geral de Taxas e da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Vila Velha de Rodão, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 03/02/2023, que fica arquivado e será rubricado pelos membros da mesa.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 7-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.°2 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro;----------

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n°1, a situação financeira, reportada à data de 16 (dezasseis) de fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 1.359.168,94€ (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos), dos pagamentos efetuados de 631.592,37€ (seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e noventa e dois euros e trinta e sete cêntimos) e do saldo reportado a 16/02/2023 de 3.568.270,50€ (três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta euros e cinquenta cêntimos), bem como as faturas

por pagar a fornecedores no valor de 109.631,78€ (cento e nove mil, seiscentos e trinta e um euros e setenta e oito cêntimos), sendo que, da importância por pagar a fornecedores, já se encontrar liquidado o valor de 68.219,36€ (sessenta e oito mil, duzentos e dezanove euros e trinta e seis cêntimos). ----------

----No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. ----------

----O membro Vitor Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se em seguida ao Centro de Convívio que há cerca de três anos foi aberto em Sarnadas de Ródão para colmatar o encerramento do centro de Dia daquela localidade e que possibilitou que os idosos deste concelho continuassem a ter um lugar de apoio e acompanhamento. Neste momento é frequentado por trinta utentes e na sua opinião este espaço superou as expetativas criadas para o mesmo, deixando assim uma palavra de agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão que decidiram converter um espaço que estava desaproveitado, num espaço útil proporcionando aos idosos que o frequentam um apoio muito importante para os mesmos. ----------

----O membro Luis Coutinho, começou por propor um louvor à equipa que participou na *Lisbon Food Affair*, feira profissional dedicada ao setor alimentar português, na divulgação dos produtos da marca "Terras de Oiro", bem como uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal pelo apoio que tem dado aos produtos e produtores do

concelho na divulgação dos mesmos.----------

---- Em seguida questionou se seria possível a criação de uma plataforma "SOS Processionária", como já existia para a vespa velutina, e de igual forma, a remoção dos ninhos detetados no concelho.----------

---- Questionou também que uma vez que as obras do Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Vale do Tejo já se encontravam concluídas, para quando a abertura do mesmo e se foi acrescentado alguma valência a este espaço.----------

---- O membro Ricardo Morgado referiu-se ao início das obras na Rua da Estrada Nacional 18 solicitando um ponto da situação sobre as mesmas, salientando também a aquisição, por um privado, do edifício do antigo restaurante "Pombalinho" e que já entrou em obras de recuperação.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao membro Luis Coutinho e em relação ao problema com a processionária (lagarta do pinheiro), disse que já havia uma intervenção a decorrer no terreno, com a colocação de discos, levada a cabo pelo ICNF, que era a entidade que tinha a seu cargo essa área, mas esta era uma questão que se poderia colocar junto da CIMBB e equacionar junto dos outros municípios uma intervenção alargada neste âmbito.----------

---- Em relação à participação na feira *Lisbon Food Affair*, pela avaliação que fora feita, considerou a mesma muito positiva, dando nota que o Município de Vila Velha de Ródão foi o único a estar presente, realçando assim o trabalho que tem vindo a ser feito com os produtores do concelho.----------

---- No que dizia respeito ao CIARVT disse que a obra em si estava concluída tendo-se já iniciado o trabalho na área dos conteúdos,

trabalho este também com alguma complexidade, estando previsto que no presente ano será feita a instalação da parte mais significativa dos mesmos, prevendo que a inauguração possa ocorrer em meados do próximo ano. ----------

----Referindo-se ao questionado pelo membro Ricardo Morgado, disse que realmente já se tinha iniciado a intervenção na Rua da Estrada Nacional 18 e que esta era significa, exigente e complexa em todos os aspetos e que estava a ser feita por administração direta estando a decorrer a bom ritmo, dando mais algumas informações. ---

----Mais disse que realmente era com agrado que tivera conhecimento da aquisição do edifício do "Pombalinho" por um particular, residente nesta Vila e que já tinha atividade no ramo do turismo e ao investimento que ali se propunha a fazer, sendo assim uma mais valia para aquela zona, tanto ao nível paisagístico como do turismo. ----------

----O membro Paulo Roberto questionou se o Município também iria estar presente na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) para promoção da marca "Terras de Oiro", que se irá realizar brevemente em Lisboa. -

----Em relação á informação financeira disse que enquanto ao nível das receitas existia uma proporcionalidade em relação ao tempo decorrido desde o início do ano, no que dizia respeito às despesas estava muito aquém, pensando que este facto seria conjuntural e não estrutural. ----------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que em relação à participação na BTL sempre defendera que esta deveria ser conjunta da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e isso tem sido feito, mas em paralelo tem existido também uma participação direta dos Municípios que a constituem, o que, na sua opinião, não dava a projeção que se alcançaria participando todos juntos e em

exclusivo com a CIMBB e assim entendera que o Município não deveria participar individualmente e, de alguma forma, reforçar o papel desta Comunidade Intermunicipal neste certame.----------

---- Respondendo á questão relacionada com a parte financeira disse que se prendia com a organização administrativa e do seu enquadramento legal, que obrigava a contabilizar tudo aquilo que era despesas que têm ao longo do ano e fazer essa projeção.-------

---- ***8-Outros assuntos de interesse para o Município;*** ----------

---- O membro Júlia Ceia disse que tinha tido conhecimento do aparecimento de um número significativo de pássaros mortos e que estes foram enviados para análise, questionando se havia mais informações sobre este acontecimento.----------

---- O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes, começando por felicitar o Município pela apresentação pública que o Senhor Presidente da ANACOM fez no passado dia 17 (dezassete), que contou também com a intervenção da Senhora Administradora da fibra ótica e onde foi apresentado um estudo sobre a qualidade de redes móveis no nosso concelho, tendo sido dito que estava previsto, até ao final do primeiro trimestre, a ANACOM lançar um concurso público para fazer chegar a fibra ótica a todas as zonas do país tendo como previsão que o investimento seja feito no prazo de três anos, ou seja, o país estar coberto a cem por cento.----------

---- Solicitou em seguida mais informação sobre um ponto de situação sobre a situação da entrada do Fratel e acesso à A23.----

---- O membro Luis Coutinho referindo-se à operacionalização da recolha seletiva dos biorresíduos e dado que iria ser obrigatório as Câmara Municipais terem este problema resolvido e a funcionar no primeiro dia de janeiro de 2024, questionou em que situação estava

o nosso Município nessa área. ----------

----Solicitou também mais informação sobre a futura instalação da unidade fabril para produção de hidrogénio verde. ----------

----O membro Paulo Roberto referindo-se á situação da empresa CENTROLIVA que pensa que ainda não estará resolvida, questionou se com a vinda de alguns ministros ao concelho, por ocasião do Conselho de Ministros descentralizado, realizado em Castelo Branco, este assunto foi abordado ou se houve mais alguma evolução. -------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão colocada pelo membro Júlia Ceia, dizendo que a Câmara Municipal não tinha tido qualquer informação ou conhecimento do caso referido e assim não poderia dar nenhuma informação sobre essa situação. ----------

----Em relação à intervenção do membro Célia Ribeiro, disse que a apresentação referida foi iniciativa da ANACOM e não da Autarquia, tendo a Câmara Municipal possibilitado a realização da mesma e convidado não só os presidentes das Juntas de Freguesia a participar como estendeu o mesmo a toda a população. Mais disse que o Executivo tem vindo a reclamar e a tentar adiantar a cobertura do concelho com a fibra ótica a cem por cento esperando que isso possa acontecer o mais breve possível. ----------

----Quanto à situação da entrada do Fratel, disse que as Infraestruturas de Portugal comprometera-se com o Município mas vinha adiando a apresentação do valor do projeto e da obra para que a Câmara pudesse avançar com a sua execução estabelecendo para o efeito um protocolo, mas ainda não estava fechado este processo. Assim e aproveitando a presença do Ministro das Infraestruturas, da Ministra da Coesão e do Secretário de Estado, na apresentação feita sobre o IC31, falou sobre este assunto e propôs o agendamento de

uma reunião com o Secretário de Estado, que ainda não foi marcada, no sentido de haver aqui uma intervenção politica para tornar este processo mais célere.----------

---- No que dizia respeito á questão colocada pelo membro Luis Coutinho sobre os biorresiduos, o Município fizera uma candidatura para aquisição de materiais, nomeadamente, contentores e materiais para distribuir à população e para sessões de esclarecimento e motivação aos munícipes para recolha dos biorresiduos. Esta foi aprovada num valor inferior áquilo que tinha sido proposto pelo Município, mas estava-se já a trabalhar no sentido de adquirir todos os equipamentos para que em tempo oportuno e dentro daquilo que eram os prazos legais, ou até antes, estar-se em condições de responder a este desafio.----------

---- Referindo-se ao questionado sobre a fábrica de produção de hidrogénio verde, disse que estava a avançar e a informação que tinha era que tudo estava a decorrer dentro dos prazos previstos pelo investidor.----------

---- Respondendo à questão do membro Paulo Roberto, disse que em relação à CENTROLIVA, a questão politica já estava esgotada porque depois de todas as reuniões tidas com vários membros do Governo, este problema não teve desenvolvimentos talvez por existir, de alguma forma, uma limitação legal do ponto de vista da intervenção politica. Por parte da intervenção das entidades fiscalizadoras não tem havido os resultados expectáveis e assim a Câmara Municipal avançou para uma posição judicial. Houve também uma tentativa de negociação com a empresa para uma resolução amigável pondo assim fim a estes processos desde que a empresa assumisse o compromisso de fazer os investimentos necessários para resolver este problema, só que esta vem adiando esta situação. No entanto, esta empresa nos

últimos dois ou três meses não estava a laborar, mas mesmo assim e dado ao tempo decorrido, pensava que o esforço que a Câmara Municipal fez para resolver o problema de uma forma amigável estava esgotado e restava aguardar pelas decisões judiciais. ----------

----O membro Luis Coutinho referindo-se á situação dos pássaros mortos, disse que também tinha tido conhecimento desta ocorrência e em relação á realização de análises aos mesmos e no seguimento da resposta dada, não tinha sido a Câmara Municipal a realizá-las podendo assim ter sido feitas por outra entidade, considerando esta situação de alguma gravidade, não só pela mortandade dos pássaros mas também e aí a importância de se saber o resultado das análises, ser provocada pela utilização muito intensiva de pesticidas e esta é que era uma questão de fundo que teria que ser analisada e salvaguardar a forma como certos investimentos, que á partida podiam parecer muito interessantes, depois assim não o era, tanto para os municípios como para a população em geral, dando como exemplo as culturas intensivas e super intensivas. Sabia que as Câmaras Municipais não tinham competência ou interferência direta na autorização desses projetos, por serem da competência do Ministério da Agricultura, mas tinham capacidade para perceberem que não era bom ultrapassar certos limites com estas culturas. ----

----Em seguida referiu o problema dos cães abandonados ou selvagens que nos últimos meses têm vindo a atacar os rebanhos com cada vez mais frequência, principalmente na zona da Charneca, Salgueiral, Coxerro e Açafal, dizendo que não poderiam ser os proprietários dos rebanhos a perder noites à espera do ataque dos mesmos, considerando este um problema muito grave devido à sua recorrência. Para além dos prejuízos dos produtores era também o do sofrimento dos animais. As autoridades e a Câmara Municipal, quando

chamadas, comparecem para montar armadilhas para capturar os cães, o que tem vindo a acontecer, mas considerava que deveria ser feito algo mais ao nível da intensificação da captura dos animais e na coordenação entre os diversos organismos ligados a esta temática.-

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir á mortandade dos pássaros dizendo que concordava e compartilhava as mesmas preocupações, no entanto não poderia dar mais informações porque na realidade a Autarquia não tinha tido conhecimento desta ocorrência, mas não colocava de parte, caso venha a ter conhecimento do caso ou de outros casos idênticos, de atuar em conformidade.----------

---- Em relação à questão dos cães vadios, disse que este era um problema gravíssimo e que realmente havia muitas entidades com responsabilidade nesta área, mas quem de facto acabava por dar resposta era a Câmara Municipal. Mais informou que a Autarquia tem vindo a tentar resolver, de alguma forma, este problema com a esterilização dos animais e com o reforço da capacidade operacional dos serviço, deixando uma palavra de compreensão e compromisso da Câmara Municipal de que por parte desta, tentar fazer tudo o que estaria ao seu alcance e que dentro das limitações existentes, reforçar a capacidade para dar resposta a este problema.----------

---- *9- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;*----------

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às vinte e duas horas e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.----------

Paula Cristina Ribeiro Sanches

Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade

NOVO RUMO
com confiança

PSD CDS-PP

MOÇÃO

As Nações Unidas aprovaram, por 141 votos a favor e apenas 7 contra, uma resolução em que pedem às partes em conflito na guerra da Ucrânia e à comunidade internacional o empenho na procura de formas de mediar a paz: o fim da guerra fortaleceria a paz e segurança internacionais.
Pede também que a Rússia retire as suas tropas do território ucraniano e deplora as consequências humanitárias causadas pela agressão, com destaque para os ataques às infraestruturas civis e o crescente número de vítimas.
Aponta ainda os efeitos da guerra na segurança alimentar, energética e nuclear, pedindo uma solução imediata em conformidade com os princípios previstos na Carta da ONU.
O documento reafirma o compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras reconhecidas internacionalmente e pretende que os atores de crimes de guerra enfrentem processos internacionais.

Considerando que, segundo as Nações Unidas,
- a Rússia cometeu crimes de guerra na Ucrânia com provas de atrocidades, bombardeamento de populações civis, torturas e grande número de execuções;
- foram encontradas provas de crimes de guerra na Ucrânia;
- parte dos corpos exumados em valas comuns apresentam sinais de tortura;
- foram cometidos atos de terror contra a população civil, com tortura, assassinatos, agressões sexuais ou deslocações e transporte forçados de ucranianos "à escala massiva", com destino ao que poderão vir a ser considerados "campos de concentração".

Propõe-se,
- condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia e de solidariedade com o povo ucraniano;
- o apelo à Federação Russa para cessar a ocupação do território ucraniano e a imediata reposição do Direito Internacional;
- o fim dos massacres, violações, torturas e assassinatos de civis.

Posto isto, propõe-se o envio da moção às embaixadas da Rússia e da Ucrânia e à representação da ONU em Portugal.

Finalmente, em memória das vítimas e das atrocidades cometidas contra o povo ucraniano, pedimos a esta Assembleia um minuto de silêncio.

Vila Velha de Ródão, 24 de Fevereiro de 2023

Os membros da Assembleia Municipal da coligação "NOVO RUMO – PPD/PSD.CDS/PP"